



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ CNPJ - 01.636.835/0001-03

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 01/2016

1. De acordo com a resolução CFC Nº 750/1993, o Princípio que reconhece o Patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos é o:
  - a) Princípio da Entidade.
  - b) Princípio da Continuidade.
  - c) Princípio da Oportunidade.
  - d) Princípio da Competência.
  - e) Princípio da Prudência.
2. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Quarto Centenário (Art. 6º.), todos os itens a seguir são vedados ao Município, EXCETO:
  - a) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma de lei, a colaboração de interesse público.
  - b) Recusar fé aos documentos públicos.
  - c) Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
  - d) Dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.
  - e) Cobrar pelo uso de bens públicos.
3. A Lei Orgânica do Município de Quarto Centenário estabelece que Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:
  - a) Suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
  - b) Instituir e arrecadar tributos de sua competência.
  - c) Aplicar suas rendas, prestar contas e publicar os balancetes.
  - d) Manter, com a cooperação técnica e financeira da união e do estado, programas de educação pré-escolar, de ensino fundamental, ensino médio e ensino especial.
  - e) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
4. O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Quarto Centenário estabelece as funções daquela câmara. Considerando as funções expressas no referido regimento, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.
  - a) As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na fiscalização do cumprimento da Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município.
  - b) As funções de Planejamento Financeiro consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à captação de recursos externos ao município e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
  - c) As funções de Controle Interno da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da ética político-administrativa, com a tomada das medidas sanitárias que se fizerem necessárias.
  - d) As funções Punitivas ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito quando tais agentes políticos cometem infrações político-administrativas previstas em lei.
  - e) A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realizar-se-á através da disciplina regimental de suas atividades, da estruturação e da administração de seus serviços auxiliares.
5. O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Quarto Centenário estabelece, em seu artigo 33, competências que são privativas da mesa da Câmara. A esse respeito, todas as competências abaixo descritas são privativas da mesa da Câmara, EXCETO:
  - a) Propor Projeto de Lei que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara Municipal e fixem os respectivos vencimentos.
  - b) A iniciativa das proposições que fixem ou atualizem os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinentes na Constituição Federal.
  - c) Propor as resoluções e decretos legislativos concessivos de licenças e afastamentos ao Prefeito e Vereadores.
  - d) Elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 de dezembro, após a aprovação pelo plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara Municipal, para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa.
  - e) Enviar ao Prefeito Municipal, até o primeiro dia do mês de março, as contas do exercício anterior.
6. Determinada entidade do setor Público apresentou os seguintes fatos:
  - Aprovação da LOA com previsão de Receitas e de fixação de despesas em R\$ 150.000,00;
  - Arrecadação de impostos no valor de R\$ 60.000,00;
  - Despesas de custeio no valor de R\$ 20.000,00;
  - Aquisições de imobilizados no valor de R\$ 30.000,00;
  - Recebimento em doação de um imóvel avaliado em R\$ 100.000,00.



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ CNPJ - 01.636.835/0001-03

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 01/2016

Considerando apenas os fatos listados acima, o resultado orçamentário do exercício foi superavitário em:

- a) R\$ 10.000,00;
- b) R\$ 40.000,00;
- c) R\$ 110.000,00;
- d) R\$ 30.000,00;
- e) Nenhuma das alternativas.

7. Dentre os Demonstrativos Contábeis elaborados no Setor Público, um deles confronta, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária com aquelas efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado, é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. Tal Demonstrativo Contábil é denominado:

- a) Balanço orçamentário;
- b) Quadro da execução dos restos a pagar processados;
- c) Quadro de despesas empenhadas.
- d) Quadro da execução de restos a pagar não processados.
- e) Quadro de dotações atualizadas.

8. Certo Demonstrativo Contábil do Setor Público visa demonstrar a situação estática dos bens, dos direitos e das obrigações, evidenciando o valor do patrimônio líquido num determinado período. O referido demonstrativo trata-se do:

- a) Balanço Financeiro.
- b) Balanço Orçamentário.
- c) Balanço Patrimonial.
- d) Demonstrativo do Resultado Econômico.
- e) Demonstrativo do Valor Adicionado.

9. O Poder Executivo pretende realizar a abertura de crédito adicional suplementar com utilização de recursos provenientes da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias. Todos os procedimentos a listados abaixo fazem parte de tal processo de abertura de crédito adicional, EXCETO:

- a) Informação da contabilidade sobre a necessidade de proceder à abertura do crédito adicional.
- b) Planilha do quadro demonstrativo do saldo disponível para abertura de créditos adicionais por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.
- c) Parecer favorável da Câmara de Controle Interno.
- d) Parecer favorável da Câmara de Vereadores.
- e) Ato (Portaria/Resolução) que aprovou o crédito adicional.

10. As Demonstrações Contábeis do Setor Público são relatórios essenciais e devem ser elaboradas em observância da legislação pertinente. Analise as definições apresentadas a seguir em afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- I) O Balanço Financeiro demonstrará as variações econômicas ocorridas no exercício, conseqüente dos ingressos (receitas) e das saídas (despesas), em conformidade com a execução orçamentária, conjugando os valores disponíveis do balanço anterior com os do exercício encerrado.
- II) O Balanço Patrimonial demonstrará a situação estática dos bens, dos direitos e das obrigações e indicará o valor do patrimônio líquido num determinado período.
- III) A Demonstração do Fluxo de Caixa demonstrará cenários de fluxos presentes de caixa para elaboração de análises sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular orçamento destinado aos serviços.
- IV) As Notas Explicativas trarão informações relevantes àquelas não suficientemente evidenciadas nas demonstrações contábeis, incluindo critérios utilizados na sua elaboração, sendo parte integrante das mesmas.
- V) A Demonstração do Resultado Econômico demonstrará o resultado econômico de ações das entidades, devendo ser elaborada considerando sua interligação com o sistema de custos.

A alternativa correta é:

- a) Somente as afirmações I, III e V estão corretas;
- b) Somente as afirmações I, e V estão corretas;
- c) Somente as afirmações II, IV e V estão corretas;
- d) Somente as afirmações II, III e V estão corretas;
- e) Somente as afirmações I, III e IV estão corretas;

11. Considerando os Princípios de Contabilidade e a Contabilidade Pública, assinale abaixo a alternativa CORRETA:

- a) Sabendo que a Contabilidade do Setor Público tem especificidades, o Conselho Federal de Contabilidade publicou Princípios de Contabilidade específicos para o Setor Público, por meio da resolução CFC 1367/2011.
- b) O Princípio da Entidade, na perspectiva do Setor Público, desobriga o agente público da prestação de contas, em casos excepcionais, observado o interesse público.
- c) Pelo Princípio da Continuidade, a destinação social do patrimônio das entidades do setor público fica circunscrita ao término do mandato de cada gestor.
- d) Mesmo considerando que as receitas públicas são regidas pelo regime de caixa, o Princípio de Competência é integralmente aplicável ao Setor Público.
- e) A aplicação do Princípio da Prudência no Setor Público pode resultar em manipulações do resultado, ocultação de passivos ou avaliação inadequada de ativos. Por isso, sua aplicação não é recomendada para o Setor Público.



## CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ CNPJ - 01.636.835/0001-03

### CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 01/2016

**12. A Lei Orgânica Municipal de Quarto Centenário trata da Administração Financeira do município. Considerando o disposto na referida Lei, acerca dos orçamentos, analise as afirmações abaixo e a seguir assinale a alternativa CORRETA:**

- I. A Lei de Orçamento Anual pode ser elaborada tanto por iniciativa do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo.
- II. O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado pelo Executivo à Câmara até o final do quarto bimestre de cada exercício.
- III. O Executivo Municipal deve publicar bimestralmente relatórios resumidos da execução orçamentária; quanto ao Legislativo Municipal, a periodicidade dos relatórios resumidos de execução orçamentária deve ser no mínimo quadrimestral.

**A alternativa correta é:**

- a) Todas as afirmações são verdadeiras.
- b) Todas as afirmações são falsas.
- c) Apenas I é verdadeira.
- d) Apenas I e II são verdadeiras.
- e) Apenas I e III são verdadeiras.

**13. Considere as alternativas abaixo, em relação aos tributos municipais, e assinale a alternativa CORRETA, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Quarto Centenário:**

- a) Os tributos que o Município pode instituir são circunscritos aos impostos de competência municipal, em conformidade com a Constituição Federal.
- b) Lei Complementar deve estabelecer, dentre outros aspectos relacionados aos tributos, a progressividade dos impostos.
- c) Qualquer anistia ou remissão tributária é vedada, mesmo em casos de calamidade pública.
- d) Os preços públicos para utilização de bens, serviços e atividades municipais, deverão ser fixados por meio de Lei Complementar.
- e) O Município só poderá cobrar taxas de serviços públicos que foram efetivamente prestados ao cidadão, vedada a cobrança por uso potencial.

**14. O Regimento Interno da Câmara de Quarto Centenário dispõe sobre as Comissões. Considerando o referido regimento, é INCORRETO afirmar que:**

- a) As comissões da Câmara podem ser: Permanentes, Especiais ou Especiais de Inquérito.
- b) À Comissão de Finanças e Orçamento é vedado opinar sobre propostas de aumento de remuneração de servidores, dado que esta é uma prerrogativa exclusiva do Executivo Municipal.
- c) As decisões das Comissões, expressas em parecer, devem ser submetidas ao Plenário da Câmara.
- d) Uma mesma matéria pode ser distribuída, simultaneamente, para mais de uma Comissão Permanente.
- e) As contas anuais prestadas pelo Prefeito serão distribuídas para Comissão Permanente, antes de serem apreciadas pelo plenário da Câmara.

**15. Em relação ao Orçamento, conforme o disposto no Regimento Interno da Câmara de Quarto Centenário, considere as afirmações abaixo e a seguir assinale a alternativa CORRETA:**

- I. Somente podem ser apresentadas ao orçamento as ditas emendas de bancada, ou seja, aquelas propostas por um grupo de no mínimo 2 (dois) vereadores.
- II. As emendas orçamentárias propostas podem ser votadas pelo plenário da Câmara com ou sem o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.
- III. As regras relativas à apreciação do Orçamento, constantes no título VI, capítulo I, seção I do Regimento Interno, também se aplicam integralmente à proposta do plano plurianual e à das diretrizes orçamentárias.

**A alternativa correta é:**

- a) Todas as afirmações são verdadeiras.
- b) Todas as afirmações são falsas.
- c) Apenas III é verdadeira.
- d) Apenas I e II são verdadeiras.
- e) Apenas II e III são verdadeiras.

**16. Analise as afirmações abaixo, em relação ao conceito e campo de atuação da Contabilidade Pública, e a seguir assinale a alternativa CORRETA.**

- I. Contabilidade Pública, ou Contabilidade Governamental, é o ramo da Contabilidade que controla não somente os atos e fatos relacionados ao Patrimônio das entidades públicas, mas também ao Orçamento Público.
- II. Os preceitos da Contabilidade Pública se aplicam de forma e intensidade diversas, de acordo com o nível governamental: assim, alguns preceitos são aplicáveis apenas à União, outros o são apenas aos Municípios, e assim sucessivamente.
- III. Sociedades de Economia Mista devem observar preceitos diversos dos outros entes públicos (Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas), já que contam com a participação de capital privado na sua estrutura de capital.

**A alternativa correta é:**

- a) Todas as afirmações são verdadeiras.
- b) Todas as afirmações são falsas.
- c) Apenas I é verdadeira.
- d) Apenas I e II são verdadeiras.
- e) Apenas II e III são verdadeiras.

**17. Todas as afirmações a seguir são corretas, EXCETO:**

- a) Os bens públicos são classificados pelo Código Civil Brasileiro em: bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominiais.
- b) Os bens de uso comum do povo se dividem em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural.
- c) O reconhecimento e a mensuração dos bens de uso comum do povo são facultativos, independentemente da classe de ativo a que se refira.
- d) Os bens de uso especial compreendem os bens imóveis utilizados para serviço ou para estabelecimento da administração pública, em todas as suas instâncias.



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ CNPJ - 01.636.835/0001-03

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 01/2016

- e) Bens dominiais, como elementos constituintes do patrimônio público, podem ser alienados, desde que seja observada a legislação específica.
- 18. O Orçamento Anual de um ente público pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Analise as afirmações abaixo e a seguir assinale a alternativa CORRETA:**
- Os créditos adicionais são classificados em: suplementares, especiais e extraordinários.
  - Independentemente da classificação, os créditos adicionais são abertos por decreto do poder executivo, desde que tenham autorização legislativa prévia.
  - No caso dos créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, sua vigência pode ultrapassar o exercício financeiro em que foram autorizados, tendo seu saldo incorporado ao exercício financeiro subsequente.
- A alternativa correta é:**
- Todas as afirmações são verdadeiras.
  - Todas as afirmações são falsas.
  - Apenas I é verdadeira.
  - Apenas I e II são verdadeiras.
  - Apenas I e III são verdadeiras.
- 19. Em relação à Receita Orçamentária, todas as afirmações abaixo estão corretas, EXCETO:**
- Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela que é que constitui fato contábil permutativo.
  - Quanto à Categoria Econômica, as Receitas podem ser classificadas em Receitas Correntes e Receitas de Transferências.
  - “Receita Tributária” e “Receita Agropecuária” são detalhamentos das Receitas Correntes, no nível da origem.
  - A realização da receita se dá em três estágios: o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.
  - As receitas lançadas, mas que ainda não foram arrecadadas, não pertencem ao exercício financeiro.
- 20. Assinale a alternativa INCORRETA, no que diz respeito à Despesa Orçamentária.**
- O empenho estimativo é utilizado para despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como o serviço de fornecimento de energia elétrica.
  - Os compromissos decorrentes de aluguéis representam adequadamente uma despesa cujo empenho é classificado como global.
  - O empenho pode ser compreendido como a reserva de dotação orçamentária para um fim específico.
  - As despesas empenhadas, mas que ainda não foram liquidadas, não pertencem ao exercício financeiro.
  - Há situações em que é impraticável a emissão de uma nota de empenho para cada credor, como no caso da folha de pagamento de servidores.
- 21. Analise as afirmações abaixo e assinale a INCORRETA:**
- A multa é uma receita de caráter não tributário.
  - As taxas são receitas tributárias.
  - As receitas correntes aumentam a disponibilidade financeira, com efeito positivo no patrimônio líquido.
  - As receitas da dívida ativa sempre serão de natureza não tributária.
  - As receitas de capital aumentam as disponibilidades do Estado, mas não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
- 22. Em relação à despesa pública, assinale a afirmativa CORRETA.**
- A classificação da despesa pública depende da categoria econômica onde está enquadrado o gasto.
  - O Pagamento é a segunda fase da despesa e consiste na efetiva entrega de recursos financeiros ao credor.
  - Liquidação é o segundo estágio da despesa e consiste na transferência financeira ao credor.
  - Por despesas públicas devemos entender os gastos realizados pelos órgãos da administração pública somente em serviços, com a dotação autorizada pelo orçamento.
  - A classificação da despesa pública independe da categoria econômica onde está enquadrado o gasto.
- 23. Executar o Orçamento significa realizar as despesas públicas nele previstas, seguindo à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei nº 4320/1964, sendo eles:**
- Empenho, liquidação e pagamento.
  - Orçamento, compra e pagamento
  - Compra, empenho e liquidação
  - Empenho, compra e pagamento.
  - Orçamento, liquidação e pagamento.
- 24. Analise as afirmações abaixo, e após assinale a alternativa CORRETA:**
- No Cancelamento de dívida ativa, ocorre a Insubstituição ativa.
  - Receitas e despesas extra orçamentárias são receitas e despesas que não foram previstas no Orçamento, tendo ocorrido ao longo do exercício.
  - No reconhecimento de uma nova dívida, ocorre a superveniência passiva.
  - Na Insubstituição passiva ocorre um débito no passivo.
  - Na Superveniência ativa ocorre débito no ativo.
- A alternativa correta é:**
- Somente os itens I e II são verdadeiros.
  - Somente os itens I e III são verdadeiros.
  - Somente os itens II e VI são verdadeiros.
  - Somente os itens IV e V são verdadeiros.
  - Todos os itens são verdadeiros.



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ CNPJ - 01.636.835/0001-03

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 01/2016

### 25. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Créditos Adicionais são as autorizações para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual.
- b) Créditos Suplementares são destinados ao reforço de dotações orçamentárias existentes.
- c) Os recursos disponíveis para abertura de créditos suplementares e especiais podem ser, dentre outros, os decorrentes de: superávit financeiro de exercícios futuros e anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.
- d) Créditos Extraordinários são destinados a atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- e) Créditos Especiais são destinados à autorização de despesas não previstas ou fixadas nos orçamentos aprovados.

### 26. A Lei cuja função é estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, abrangendo um período de quatro anos, é denominada:

- a) Plano Plurianual – PPA.
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
- c) Lei Orçamentária Anual – LOA.
- d) Plano de Metas do Município - PMM.
- e) Planejamento Estratégico Municipal - PEM.

### 27. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias recebe importantes funções. Analise as afirmações abaixo e assinale a INCORRETA:

- a) Dispor sobre o equilíbrio entre receitas e investimentos.
- b) Estabelecer critérios e formas de limitação de empenho, na ocorrência de arrecadação da receita inferior ao esperado, de modo a comprometer as metas de resultado primário e nominal previstas para o exercício.
- c) Dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
- d) Disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- e) Quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros.

### 28. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para:

- a) A responsabilidade na gestão fiscal.
- b) A responsabilidade na gestão financeira.

- c) A responsabilidade na gestão econômica.
- d) A responsabilidade na gestão tributária.
- e) A responsabilidade na gestão orçamentária.

### 29. Todos os itens abaixo consistem em objetivos do SIAFEM, EXCETO:

- a) Simplificar e uniformizar a execução orçamentária, financeira e contábil de Estados e Municípios de forma integrada.
- b) Otimizar a utilização dos recursos financeiros por meio da Conta Pública.
- c) Assegurar que a contabilidade seja fonte segura e real de informações para todos os níveis da administração pública e órgãos de controle externo (Tribunais de Contas dos Estados e Municípios).
- d) Modernizar e padronizar os procedimentos administrativos como a execução orçamentária, contábil e financeira, fornecendo meios para agilizar a programação financeira e otimizando a utilização de seus recursos.
- e) Garantir ao governo o total controle das transferências voluntárias da União e do Estado ao municípios.

### 30. Na dinâmica do SIAFEM, são sete os documentos eletrônicos que dinamizam a Execução Orçamentária e Financeira, gerando registros contábeis imediatos. Todas as alternativas abaixo correspondem a um desses documentos eletrônicos do SIAFEM, EXCETO:

- a) ND – Nota de Dotação.
- b) NC – Nota de Crédito.
- c) PD – Programação de Desembolso.
- d) GR – Guia de Recebimento.
- e) NP – Nota de pagamento/Liquidação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ CNPJ - 01.636.835/0001-03

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N°. 01/2016

## GABARITO DA PROVA

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
A	E	D	E	D	A	A	C	D	C

<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
D	B	B	B	E	C	C	E	B	D

<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>
D	A	A	E	C	A	A	A	E	E